

Grupo do PMDB pede que Sarney decrete moratória

São Paulo — As relações entre o PMDB e o governo do presidente José Sarney, que já andavam tensas desde a edição do pacote econômico do Cruzado II, há 20 dias, ontem se tornaram mais amargas. Ao anunciar, em entrevista ao JORNAL DO BRASIL, o início de um movimento de parlamentares e governadores pemedebistas em favor da moratória para a dívida externa, o deputado João Herrmann Neto — um dos parlamentares esquerdistas mais próximos a Sarney — disparou uma metralhadora giratória. “A verdade é que o governo vai mal, o grupo monolítico responsável por suas principais decisões está se desintegrando e o presidente da República perdeu o comando do bôlido”, disse Herrmann.

O deputado afirmou que o governo vem se mantendo através da criação de fatos políticos artificiais, como a discussão antecipada da duração do mandato do presidente e a viagem do ministro da Justiça, Paulo Brossard, aos estados, enquanto gradativamente se desliga dos compromissos político-sociais que até há pouco o sustentavam. Herrmann não poupou sequer importantes lideranças partidárias, acusadas por ele de sabotarem a política econômica que começou a ser esboçada com o Plano Cruzado e tentar “puxar o tapete” do ministro da Fazenda. “O governador Franco Montoro fez tudo para colocar o José Serra no lugar do Dilson Funaro e só perdeu porque Funaro jogou todas as fichas e o presidente ficou do seu lado”, denunciou o deputado.

Guerra de posições

Na verdade, três dias antes do anúncio do pacote econômico de novembro, Montoro esteve com o presidente Sarney e o aconselhou a conversar com o seu ex-secretário de planejamento e deputado federal eleito José Serra, que teria uma visão diferente da de Funaro sobre a questão econômica. O presidente acatou a idéia, mas o governador de São Paulo literalmente esqueceu-se de comunicar a Serra o dia em que ele seria recebido no Planalto e a audiência acabou se realizando — após a constrangida espera do presidente — uma semana depois da edição do pacote, exatamente na quinta-feira em que Brasília foi tomada por protestos que culminaram em incêndios e depredações. Nessa ocasião, com o ministro Funaro já tendo dado a volta por cima a partir da devolução, por Sarney, de seu pedido de exoneração, Serra teve que contentar-se em ser recebido de pé pelo presidente, que se limitou a cumprimentá-lo e a agradecer a oferta do livro *Brasil sem milagres*, de autoria do deputado eleito.

Para João Herrmann, a trama contra Funaro pode ser entendida se considerada a atual divisão dos pemedebistas em dois blocos que disputam a hegemonia no governo: o dos que defendem o cumprimento integral do Plano de Metas e o dos que jogam no aguçamento dos movimentos sociais e na aceleração da transição, com a realização da eleições diretas para presidente dentro de dois anos.

O primeiro grupo aposta nas reformas econômicas e sociais, ainda que através de receitas amargas, e dele fazem parte os presidenciais que têm o tempo a seu favor, como

José Richa, Fernando Henrique Cardoso e Marco Maciel. Afinal, o cumprimento do Plano de Metas implica um mandato mais elástico para Sarney, no mínimo cinco anos. Herrmann se diz integrante desse bloco, mas condiciona sua adesão à proposta de um mandato maior para o presidente à fidelidade deste ao Plano de Metas. O segundo grupo engloba os presidenciais que terão em 1988 a última chance de disputar a chefia do governo, como Ulysses Guimarães e Franco Montoro.

“Eu não acredito no quanto pior, melhor”, afirmou João Herrmann. “Mas também não acredito que a solução do nosso problema social está no crescimento da massa salarial, como quer o Serra”, completa. “De que adianta aumentar o salário e repassá-lo para os preços? A solução está no salário indireto e é isto que obriga o governo a tirar de quem tem mais para quem tem menos”. Herrmann, que defende os ajustes do Cruzado II mas condena “a pusilanimidade de setores do governo no combate ao ágio e aos especuladores”, quer medidas ainda mais drásticas. “Com a moratória iremos cair numa recessão, mas essa será a gravidez da liberdade. Sem romper a dependência exterior e a sangria de divisas continuaremos pelo resto da vida a pagar a dívida externa com a fome e a morte de milhões de brasileiros”.

No momento, a tese da suspensão do pagamento da dívida externa conta com a simpatia de quatro governadores eleitos pelo PMDB. Pelo menos um deles, que prefere manter-se em sigilo no momento para não prejudicar articulações com outros colegas, participou de recente discussão sobre o assunto com um grupo de parlamentares e deverá apresentar um documento propondo a moratória na reunião de governadores convocada por Franco Montoro, no próximo dia 23, em São Paulo.

Dentre os ministros do governo Sarney, três estão alinhados com a proposta de moratória: Renato Archer, da Ciência, e Tecnologia, Deni Schwartz, de Urbanismo e Meio Ambiente, e Dante de Oliveira, da Reforma e Desenvolvimento Agrário. É muito pouco, levando-se em conta que a moratória não entusiasma o ministro da Fazenda, até agora não estimulou os ministros militares e tem no presidente da República um de seus principais adversários.

Os empresários do setor produtivo, no eixo Rio—São Paulo, também não veem com bons olhos a proposta de suspensão de pagamento da dívida, embora concordem com João Herrmann no diagnóstico sobre o funcionamento do governo. Em conversas reservadas, industriais e executivos têm afirmado que o governo está desnordeado, sem uma política econômica que oriente os investimentos da iniciativa privada e sem controle da máquina administrativa, loteada pelo PMDB e PFL.

Para contornar essas dificuldades, a receita do deputado João Herrmann é simples e pragmática: “A moratória não deve ser uma proposta de esquerda, isolada, mas uma aspiração nacional. Assim, é preciso levar a tese aos empresários, aos militares, à nação”.